Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado,

**(Qualificação das partes)**

Arsesp e ANP denominadas, em conjunto, "Partes";

**CONSIDERANDO QUE:**

1. A Arsesp aprovou, no âmbito da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás, projeto chamado de “Subida da Serra” ou “Reforço Metropolitano”, doravante denominado “Gasoduto Subida da Serra”;
2. O Gasoduto Subida da Serra tem extensão de 31,5 km, e traçado entre a Baixa Santista e Região Metropolitana da Cidade de São Paulo – SP, e teria a finalidade de se conectar diretamente a fontes de suprimentos de gás natural, e com destino do combustível até pontos de recebimento da Comgás;
3. O Gasoduto Subida da Serra está em fase de construção, com previsão de entrada em operação em 2023;
4. À época da aprovação pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – Arsesp do Gasoduto Subida da Serra a lei aplicável era a Lei nº 11.909/2009, a qual estabelecia em seu art. 2º, XVIII, a definição de gasoduto de transporte;
5. A nova lei do gás, Lei nº 14.134/2021, também estabelece, no seu art. 3º, XXVI, a definição de gasoduto de transporte;
6. O transporte de gás natural por meio de duto é monopólio da União, nos termos do art. 177, IV, da Constituição Federal;
7. Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, nos termos do art. 25, § 2º, da Constituição Federal;
8. À ANP foi conferida, de acordo com o art. 177, § 2º, III, da Constituição Federal, a atribuição de regular o monopólio da União em relação ao transporte de gás natural;
9. De acordo com o art. 8º, V, da Lei nº 9.478/97 (Lei do Petróleo), cabe à ANP autorizar a prática de atividades de transporte de gás natural;
10. A ANP, com base nas evidências contidas nos autos do Processo nº 48610.217937/2020-12, concluiu, por meio da Resolução de Diretoria nº 533/2021, que o Gasoduto Subida da Serra se enquadrava na classificação de gasoduto de transporte, nos termos do art. 2º, XVIII, da Lei nº 11.909/2009, vigente à época da aprovação do gasoduto pela ARSESP, bem como no art. 3º, XXVI, da Lei nº 14.134/2021; e que não se aplicava ao caso o instituto de manutenção da classificação prevista no art. 7º, § 1º, da Lei nº 14.134/2021, e do art. 29, § único, do Decreto nº 10.712/2021, e que a Agência Reguladora Estadual não constituía o órgão competente para aprovar a implantação do gasoduto;
11. A Arsesp tem sustentado, ao longo do trâmite do Processo nº 48610.217937/2020-12, que o Gasoduto Subida da Serra é um reforço da malha de distribuição da região metropolitana de São Paulo e Baixada Santista, e que se destina à movimentação de gás dentro do seu sistema de distribuição;
12. A Comgás tem sustentado, ao longo do trâmite do Processo nº 48610.217937/2020-12, que o Gasoduto Subida da Serra não tem a finalidade de conectar fontes de suprimentos de gás natural a pontos de entrega e recebimento do combustível, que não transpassaria a sua área de concessão e que não interligaria unidade de processamento, estocagem ou outros gasodutos de transporte a pontos de entrega estaduais;
13. A Arsesp defende que o Gasoduto Subida da Serra tem por finalidade a movimentação do gás entre infraestruturas do sistema de distribuição da Comgás, iniciando o seu trajeto apenas após o ponto de recebimento do gás natural pela concessionária (o que ocorreria no *city-gate* de Cubatão);
14. Em reuniões realizadas entre as partes, obteve-se a sinalização da Arsesp no sentido de se comprometer que o Gasoduto Subida da Serra não conectará fontes de suprimentos de gás natural a *city-gate* da concessionária local, à exceção do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) de São Paulo – TRSP em construção, que não transpassará a área de concessão da Comgás e que não interligará unidade de processamento, estocagem ou outros gasodutos de transporte a pontos de entrega estaduais;
15. Diante dos compromissos externados pela Arsesp em reunião entre as partes, verifica-se a possibilidade de encontrar uma solução consensual para resguardar as atribuições da ANP no âmbito da atividade de transporte de gás natural e, ao mesmo tempo, permitir a continuidade da construção do Gasoduto Subida da Serra e a sua futura operação;
16. A construção do Gasoduto Subida da Serra, assim como sua operação, com fundamento em regulação e atribuições da Arsesp, só é possível se a instalação mantiver as condições elencadas nos itens XIII e XIV acima;
17. A premissa para que a ANP possa celebrar o presente Acordo é que há condições fáticas e jurídicas para que o Gasoduto Subida da Serra deixe de ser enquadrado como gasoduto de transporte, conforme decisão emanada pela ANP por meio da Resolução de Diretoria nº 533/2021, se cumpridas, pela Arsesp, as condicionantes fixadas neste Acordo;
18. A autoridade, nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657/1942, incluído pela Lei nº 13.655/2018, pode celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

* 1. O presente Acordo tem por objeto a suspensão do Processo Administrativo nº 48610.217937/2020-12, relacionado à classificação pela ANP do Gasoduto de Subida da Serra como sendo gasoduto de transporte;
  2. O presente Acordo refere-se exclusivamente ao Gasoduto Subida da Serra e estabelece as condicionantes que deverão ser cumpridas pela Arsesp para que tal gasoduto não seja caracterizado e, portanto, classificado, como gasoduto de transporte, de modo a tornar induvidoso para todos os fins de direito e regulatórios, que a instalação tem a finalidade exclusiva relacionada ao serviço local de gás canalizado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇOES DA ARSESP**

* 1. A Arsesp se compromete a realizar todos os procedimentos necessários para que o Gasoduto Subida da Serra não seja enquadrado como gasoduto de transporte, em especial para assegurar que a Comgás ou outro agente econômico:
     1. Não fará conexão do Gasoduto Subida da Serra com fontes primárias de suprimentos, incluindo unidades de processamento ou novos projetos de terminais de regaseificação de GNL, excetuando-se o Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo – TRSP, ou com estocagens subterrâneas de gás natural;
     2. Use o Gasoduto Subida da Serra apenas com a finalidade exclusiva de entrega do gás ao consumidor final e não a outras concessionárias, dentro ou fora do Estado de São Paulo, ou para instalações de transporte;
     3. Não conecte a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) da Rota 4A do Pré-Sal da Bacia de Santos, caso esta unidade venha a ser construída, ao Gasoduto Subida da Serra, devendo tal conexão ser feita diretamente no sistema de transporte, observado o disposto na Lei nº 14.134/2021, em especial no seu art. 12, cujo caput dispõe que “a ANP poderá, a qualquer momento, na forma da regulação, conduzir processo seletivo público para identificar a existência de transportador interessado na construção ou ampliação de gasoduto ou instalação de transporte, cuja necessidade tenha sido identificada e que não tenha sido objeto dos planos coordenados de desenvolvimento do sistema de transporte”;
  2. A Arsesp se compromete a editar ato normativo de sua competência, bem como revisar todo e qualquer documento já emitido por ela, de modo a vedar a entrega e venda, por parte da Comgás, de qualquer gás recebido pelo Gasoduto Subida da Serra, para outra área de concessão de serviço de distribuição de gás canalizado do Estado de São Paulo ou de qualquer outro estado ou, ainda, para quaisquer instalações de transporte;
     1. A vedação a que se refere a cláusula 2.2 se aplica também à entrega e venda de gás por parte da Comgás por meio de mecanismos de troca operacional (*swap*).

2.3 A Arsesp se compromete a comunicar oficialmente à ANP sobre a efetivação das medidas indicadas na cláusula 2.2;

2.4 A Arsesp se compromete a atuar em conjunto com Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo do Estado de São Paulo, que assina como interveniente anuente o presente instrumento, a fim de que seja promovida a adequação do Decreto Estadual n° 65.889/2021, aos termos do presente acordo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇOES DA ANP**

3.1 A ANP se compromete a:

3.1.1 Suspender o processo nº 48610.217937/2020-12 e proferir nova decisão da Diretoria, explicitando que o Gasoduto Subida da Serra não se classifica como gasoduto de transporte se cumpridas, e enquanto estiverem sendo cumpridas, as condicionantes indicadas nas Cláusulas 2.1, 2.2 e 2.3;

3.1.2 Monitorar a vazão de saída do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo – TRSP, em tempo real, do gás natural destinado à entrega ao Gasoduto Subida da Serra, de forma a vedar que volume superior àquele necessário ao já contratado pela Companhia de Gás de São Paulo – Comgás seja repassado pelo Terminal diretamente à distribuidora por meio do Gasoduto Subida da Serra;

3.1.3 Assegurar o acesso não discriminatório e negociado de terceiros interessados ao Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo – TRSP, respeitando as diretrizes estabelecidas nos arts. 18 e 28 da Lei nº 14.134/21 e normas infralegais pertinentes, e a priorizar e envidar esforços para que seja viabilizada a interconexão do TRSP a uma transportadora de gás natural;

3.1.4 Na eventualidade de controvérsia entre as partes sobre o disposto no item 3.1.3 deste acordo, caberá à ANP decidir sobre a matéria, conforme disposto no art. 58 da Lei nº 9.478/97 e no art. 28 da Lei nº 14.134/21.

3.1.5 Na eventualidade de ser observado qualquer indício de infração à ordem econômica, caberá à ANP tomar as providências cabíveis, conforme o disposto no art. 10 da Lei nº 9.478/97.

**CLÁUSULA**  **QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES E SANÇÕES**

* 1. A Arsesp reconhece que o descumprimento, comprovado em processo administrativo, assegurada ampla defesa, das condicionantes indicadas nas Cláusulas 2.1, 2.2 e 2.3 deste Acordo, permitirá a ANP classificar imediatamente o Gasoduto Subida da Serra como sendo gasoduto de transporte;
  2. A Arsesp reconhece que, uma vez o Gasoduto Subida da Serra vir a ser classificado como gasoduto de transporte, exsurgirá para a ANP o direito de exercer todo o seu mister fiscalizatório e sancionador, ficando o agente econômico (Comgás) que esteja construindo ou operando o Gasoduto Subida da Serra sujeito, em apuração em processo administrativo sancionatório, às sanções previstas no 2º, I a VIII, da Lei nº 9.847/1999, sem prejuízo da aplicação das medidas cautelares contidas no art. 5º da referida Lei.

**CLÁUSULA**  **QUINTA – DOS PRAZOS**

* 1. As partes acordam os seguintes prazos para efetivação dos termos deste Acordo:
     1. Cláusulas 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 – execução imediata após a publicação deste Acordo no DOU;
     2. Cláusula 2.2 – 60 dias após a publicação deste Acordo no Diário Oficial da União – DOU;
     3. Cláusula 2.3 – 10 dias após o cumprimento da cláusula 2.2;
     4. Cláusula 3.1 – 10 dias após comunicação Oficial da Arsesp de que trata a Cláusula 2.3.

**CLÁUSULA**  **SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO**

* 1. A Arsesp reconhece que a ANP poderá realizar, a qualquer tempo, mediante prévia comunicação, vistoria nas instalações do Subida da Serra para constatação *in loco* do cumprimento das condicionantes indicadas nas clausulas 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3;
  2. As partes realizarão reuniões periódicas, podendo ser via representantes indicados na Cláusula 7.1, para tratar do cumprimento das condicionantes previstas na Cláusula Segunda, as quais serão agendadas segundo entendimento mútuo entre as partes ou representantes das partes indicados neste Acordo.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMUNICAÇÕES**

7.1 As partes indicam, no Anexo I, os representantes e os endereços para as comunicações de que tratam este Acordo.

7.2 As comunicações formais entre as partes poderão ser efetivadas via encaminhamento de Ofícios para os endereços eletrônicos indicados no Anexo I, devendo as comunicações da Arsesp serem protocolizadas na ANP em processo SEI (ou outro sistema que venha a ser adotado pela ANP) aberto especialmente para acompanhamento do cumprimento das condicionantes indicadas na Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA**  **OITAVA – LEI APLICÁVEL**

* 1. Este Acordo será executado, regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

**CLÁUSULA**  **NONA – DA VIGÊNCIA**

* 1. Este Acordo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União – DOU, nos termos do art. 26, caput, *fine*, do Decreto–Lei nº 4.657/1942, e produzirá efeitos enquanto existir o Gasoduto Subida da Serra, e o ordenamento jurídico conferir à ANP, ou a um órgão federal, a atribuição de regular a atividade de transporte de gás natural.

**CLÁUSULA**  **DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

* 1. A celebração do presente Acordo está condicionada à submissão prévia dos seus termos à Consulta Pública a ser efetivada pela ANP.

E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente Acordo, em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas, para que produza os efeitos legais.

Rio de Janeiro, **[DATA]**

**PARTES**

(Assinaturas) ANP (Diretor-Geral e Diretor IV)

ARSESP (Diretor Presidente e Diretor(a) de Gás)

**INTERVENIENTE ANUENTE**

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística-SEMIL (Secretário)

Companhia de Gás de São Paulo – Comgás

Compass Gás e Energia S.A.

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

CPF:

Identidade:

Nome:

CPF:

Identidade:

**Anexo I**

Representantes e endereços para as comunicações de que tratam este Acordo:

1. **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**

A/C:

**E-mail**:

1. **Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – Arsesp**

A/C:

**E-mail**: